



## DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UM CONVITE À REFLEXÃO

<https://doi.org/10.29327/3860.11.20-11>

Francisco Ariclene Oliveira<sup>1</sup>

Ana Maria Sampaio dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que ocorre quando educando e educador estão separados no tempo e/ou no espaço. Ela se apresenta como uma nova modalidade de educação que faz uso efetivo de tecnologias de informação e comunicação, recursos que favorecem a democratização do processo de ensinar e aprender, possibilitando o aluno, que não tem condições de comparecer ao ensino convencional, a oportunidade de adquirir conhecimentos. Este estudo teve como objetivo analisar a modalidade de ensino a distância como estratégia de democratização do ensino superior no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo. A execução do trabalho deu-se a partir de uma investigação ampla, recorrendo-se dos meios impresso e eletrônico. As buscas nas bases virtuais deram-se na Biblioteca Eletrônica *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e ‘Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão’, no período de maio a julho de 2018, utilizando-se das palavras-chaves: ‘Ensino a Distância’; ‘Ensino Superior’; e ‘Educação a Distância no Brasil’. De modo geral, acredita-se que a Educação a Distância pode ser considerada como uma das mais democráticas das modalidades de educação, uma vez que se utiliza de tecnologias de informação e comunicação que transpõem obstáculos em busca da construção e difusão do conhecimento.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância. Ensino Superior. Educação a Distância no Brasil.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal do Ceará (2018 - Atual). Pós-Graduando do Curso de Especialização Enfermagem em Terapia Intensiva pelo Centro Universitário Unifametro (UNIFAMETRO). Enfermeiro graduado pelo Centro Universitário Unifametro (2017.1). Atuou como monitor de iniciação à docência no Programa de Monitoria e Iniciação Científica - PROMIC (UNIFAMETRO), nas disciplinas de Bioquímica (2013/2014), Epidemiologia (2015) e Citologia, Histologia e Embriologia

<sup>2</sup> Graduada em licenciatura Letras pela Universidade Federal do Ceará (2013). Licenciada em Pedagogia em Regime Especial pela Universidade Estadual do Ceará-UVA. Com experiência na área de Letras. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Regional do Cariri. Professora efetiva do Ensino Fundamental II nas áreas de Linguagens e Códigos. Especialista em Educação a Distância - EAD pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2016). Tem experiência em tutoria de ensino de cursos em EaD.



## DEMOCRATIZATION OF HIGHER EDUCATION THROUGH THE MODALITY OF DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL: AN INVITATION TO REFLECTION

### Abstract

Distance Education is a modality of teaching that occurs when the educator and student are separated in time and/or space. It presents itself as a new modality of education that makes effective use of information and communication technologies, resources that favor the democratization of the process of teaching and learning, enabling the student, who can not attend conventional education, the opportunity to acquire knowledge. This study aimed to analyze the distance learning modality as a strategy for the democratization of higher education in Brazil. It is a research of bibliographic revision, of exploratory-descriptive character. The execution of the work was based on an extensive investigation, using the print and electronic media. The searches in the virtual bases were given in the Electronic Library Scientific Electronic Library Online (SciELO) and 'Electronic System of the Citizen Information Service', from May to July of 2018, using the keywords: 'Teaching Distance'; 'Higher education'; and 'Distance Education in Brazil'. In general, it is believed that Distance Education can be considered as one of the most democratic of the modalities of education, since it uses information and communication technologies that transpose obstacles in search of the construction and diffusion of knowledge.

**Keywords:** Distance learning. Higher education. Distance Education in Brazil.

### INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) trata-se de um modelo de ensino que ocorre quando educando e educador estão separados no tempo e/ou no espaço. Ela se apresenta como uma nova modalidade de educação, efetivada com o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), na qual a forma de ensinar e aprender proporciona ao aluno, que não tem condições de comparecer ao ensino convencional, a oportunidade de adquirir conteúdos e conhecimentos que são repassados aos estudantes do ensino presencial (BERNARDO, 2009).

O uso dos recursos tecnológicos como ferramenta visando a promoção do processo ensino-aprendizagem, já não é mais novidade no âmbito educacional. No Brasil, essa proposta tecnológica tem favorecido o aumento do número de cursos na modalidade a distância, crescimento este que busca atender as demandas de qualificação profissional existentes, bem como atingir um maior número de pessoas que, por meio do



ensino presencial, não viam possibilidades para estudar devido às distâncias geográficas das instituições.

Conforme dados obtidos no Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), verificou-se que, em 2015, havia 1.473 mil cursos superiores a distância ofertados no país, número que representa um crescimento de 10% ao ano, desde 2010. Ainda de acordo com o Inep, atualmente, são mais de 1,3 milhão de estudantes matriculados, o que representa um crescimento de 50% entre os anos de 2010 e 2015 (BRASIL, 2017a).

Dessa forma, se o aumento dos cursos na modalidade de EaD determina-se pela necessidade de superação de barreiras para a educação, contudo, sua qualidade está diretamente ligada à forma como são utilizadas as ferramentas disponibilizadas nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). Esses espaços são utilizados pelos cursos a distância para organizar as aulas, além de visar a qualificação do professor/tutor que atua nessa modalidade, favorecendo, assim, que os envolvidos interajam na construção do conhecimento.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e sua expansão promoveram mudanças significativas na sociedade e na educação (DOURADO; SANTOS, 2011). A utilização dos computadores, a partir da década de 1970, por meio das universidades brasileiras e a introdução da *internet*, aqueceu o crescimento da EaD pela viabilidade de interatividade e interação promovida, contribuindo para consolidar a propagação de cursos a distância no Brasil e no mundo (ALVES, 2009).

Dada a expansão da EaD, como uma das formas mais visíveis da interação educação-tecnologia, na modalidade *online* e no ensino semipresencial, observou-se uma tendência de crescimento dos recursos tecnológicos, em contextos de ensino-aprendizagem, nas últimas três décadas. É importante destacar que essa realidade tem feito com que os professores se envolvam, cada vez mais, em atividades e projetos relacionados à EaD, tanto como parte de sua formação, quanto em seus contextos profissionais, seja de forma voluntária, por necessidades específicas, ou, ainda, por questões mercadológicas e de atualização profissional (VILAÇA, 2010).

Nesse contexto, a educação a distância torna-se uma ferramenta estratégica de promoção de oportunidades, haja vista que muitos indivíduos, lançando mão deste tipo



de ensino, poderão cursar um curso superior de qualidade e alcançar novas oportunidades pessoais e profissionais (CEDERJ, 2010).

O tema que norteia este trabalho é a educação a distância, enquanto mediadora das possibilidades de acesso e democratização da educação à população que, até poucas décadas atrás, não tinha a possibilidade de frequentar um curso presencial em uma universidade/instituição.

O desenvolvimento desse estudo justifica-se pelo fato da educação a distância possuir uma relevância social muito importante, haja vista que esse recurso alternativo de ensino possibilita a oportunidade de acesso à educação àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior, público ou privado, por morarem longe das instituições ou por indisponibilidade de tempo, nos horários tradicionais de aula. Conforme exposto, a EaD é uma modalidade de educação que contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios. Assim, objetivou-se nesse artigo analisar a modalidade de ensino a distância como estratégia de democratização do ensino superior no Brasil.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo. Os procedimentos metodológicos utilizados visam a análise das informações, contudo a finalidade desse delineamento não é classificar, numerar ou medir os dados obtidos, e sim mapear o campo, permitindo a interpretação, descrição e comparação (MARTINS, 2008).

Para alcançar o propósito do estudo, realizou-se uma investigação ampla, recorrendo-se dos meios impresso e eletrônico. As buscas nas bases virtuais deram-se na Biblioteca Eletrônica *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC), no período de maio a julho de 2018. O levantamento de dados objetivou a identificação das produções e publicações existentes em livros, documentos institucionais (sobre a normatização e regulamentação do Ensino a Distância no Brasil, como leis, decretos, portarias e resoluções), artigos, teses e dissertações que abordassem sobre o tema pesquisado.

A operacionalização do levantamento de dados deu-se por meio das seguintes palavras-chaves: ‘Ensino a Distância’; ‘Ensino Superior’; e ‘Educação a Distância no



Brasil'. Visando agregar um número maior de material para melhor análise e aprofundamento do trabalho, utilizou-se, também, o banco de teses e dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ressalta-se que a pesquisa considerou apenas publicações que se referissem diretamente ao termo EaD, excluindo, assim, publicações que não atendessem ao objetivo da pesquisa.

Após o levantamento das pesquisas nas bases de dados, prosseguiu-se com a análise dos estudos/documentos extraídos, a qual foi realizada por meio de duas etapas: a) leitura exploratória; e b) elaboração de fichamentos. Essa última etapa foi elaborada a partir do agrupamento dos principais resultados apresentados no material de análise, os quais foram considerados pertinentes à temática sobre a democratização do ensino superior através da modalidade de Educação a Distância no Brasil.

Desse modo, o universo das pesquisas e documentos, que serviram de base para elaboração desse trabalho, foi constituído por pesquisas que evidenciassem as características atuais sobre as potencialidades da EaD como recurso de ensino-aprendizagem, considerando suas ações de expansão por todas as regiões do país, visando subsidiar uma melhor compreensão do processo de democratização da educação através da EaD.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Educação a Distância no mundo

No sentido de facilitar a compreensão do processo de estruturação da EaD no Brasil, faz-se necessário, primeiramente, descrever como esta modalidade educacional surgiu no mundo ou pelo menos nos países que registraram seu surgimento e desenvolvimento. Sobre esse assunto, Alves (2009) descreve que o surgimento da Educação a Distância ocorreu no século XV, evento marcado pelo nascimento da imprensa de Gutemberg, na Alemanha.

De acordo com os autores Nunes (2009) e Landim (1997), a primeira notícia que se registrou do surgimento desse novo método de ensino a distância foi, provavelmente, o anúncio das aulas por correspondência, elaboradas por Caleb Philips,



em 20 de março de 1728, na *Gazette* de Boston (EUA), que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos.

Em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Ptman ofertava um curso de taquigrafia por correspondência. Ainda nesse mesmo século, Skerry's, em 1880, ofereceu cursos preparatórios para concursos públicos. Outro registro de que a EaD estava tomando corpo acontece nos EUA, em 1891, quando é ofertado um curso sobre segurança nas minas, que teve como organizador Thomas J. Foster (FARIA; SALVADORI, 2010).

Niskier (2000) relata que na Inglaterra, em 1880, houve uma tentativa para estabelecer um curso por correspondência com direito a diploma, mas esta tentativa de metodologia foi recusada pelas autoridades locais e os responsáveis pela proposta foram para os Estados Unidos, onde encontraram espaço na Universidade de Chicago, para colocar em prática suas ideias. Desse modo, em 1882, surge o primeiro curso universitário, estruturado no formato de EaD, o qual era ofertado pela referida instituição, sendo viabilizado por meio do envio do material didático pelo correio.

Um dos avanços mais importantes na área de produção da informação no século XIX, deu-se em 1838, com a criação do telégrafo, o qual teve como idealizador o americano Samuel Morse, considerado pai da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Essa invenção possibilitou a comunicação intercontinental, mediada através de cabos metálicos submarinos. O processo de troca de informação baseava-se no uso das representações do Código Morse, que adotava a combinação de números, letras e sinais gráficos, utilizando-se de sons curtos e longos, além de pontos e traços para transmitir mensagens. Esse sistema de codificação da informação foi o precursor do código binário, o qual é utilizado na atual tecnologia digital (CAPELLARO; CAPELLARO, 2012). Ressalta-se que a criação do telégrafo revolucionou a maneira pela qual as pessoas encaravam as distâncias.

Destaca-se que, durante os anos da II Guerra Mundial, o Código Morse foi utilizado como recurso de treinamento de recrutas. Contudo, no fim do século XIX, com a invenção do telefone, o Código Morse caiu em desuso, dada a interatividade possibilitada pelo telefone (FRANCISCO, 2015). Registra-se que, a partir desse período, houve uma forte influência, por parte das grandes potências envolvidas, para a criação de novas estratégias de aprendizagem, as quais passaram a ser experimentadas,



favorecendo a incorporação de sucessivos avanços nos meios de tecnologias de comunicação (DALMAU, 2014).

No final do século XIX, em 1892, foi feita uma tentativa inicial de formação de professores por meio de um curso por correspondência, oferecido pela Universidade de Chicago para as escolas paroquiais. Nesse mesmo período, outras experiências de ensino a distância foram desenvolvidas em outros países. Ressalta-se que o material impresso, ainda, se apresentava como meio de difusão por excelência (VIDAL; MAIA, 2010).

Considerando o crescimento da EaD no mundo, a primeira metade do século XX é fortemente marcada por inúmeras iniciativas de oferta de cursos usando a educação a distância, tendo o material impresso como recurso pedagógico e o envio do material, por correspondência, a forma de comunicação entre os participantes dos cursos. Um fato importante, que marca a história da EaD, aconteceu em 1906, quando a *Calvert School*, em Baltimore (EUA), tornou-se a primeira escola primária a oferecer cursos por correspondência. Contudo, de acordo com Alves (2009), a expansão da EaD no mundo se deve, principalmente, à França, Espanha e Inglaterra.

Em 1928, a *British Broadcasting Corporation (BBC)* começa a promover cursos para a educação de adultos utilizando, como ferramenta de comunicação, o rádio. Desse modo, essa tecnologia começa a ser empregada em diversos países para transmissão de programas educacionais, inclusive no Brasil. De acordo com Vidal e Maia (2010), esse período é marcado pela inserção de novas metodologias na modalidade de ensino à distância, haja vista que, com os avanços científicos e tecnológicos, as práticas e recursos adotados, até então, no ensino por correspondência, sofreram fortes influências dos novos meios de comunicação de massa, a exemplo do telégrafo, telefone, em seguida, da televisão. Amaral (2007, p. 4) descreve que “os meios de comunicação de massa, também chamados mídia (em referência ao termo inglês *mass media*), ou meios de massa, têm ganhado, nos últimos tempos, uma importância enorme, ao ponto de ser chamado de “quarto poder” pelos estudiosos”.

Conforme relata Nunes (2009), pode-se encontrar as origens mais recentes desta modalidade de ensino a distância, simultaneamente, em vários lugares do mundo. No entanto, pelo seu êxito, a *Open University (OU)*, na Inglaterra, fundada na década



1960, destaca-se fortemente na difusão dessa modalidade de ensino, passando a ser referência mundial na oferta de cursos por EaD.

A implementação da EaD foi uma iniciativa de inovação que perpassou por algumas gerações. No entanto, registra-se que sua primeira experiência ocorreu de 1728 até meados de 1970. Esse período é considerado como a primeira geração da história da Educação a Distância, fase marcada fortemente pela utilização do material de estudo por correspondência (FARIA; SALVADORI, 2010). Nesse período, entre 1728 a 1970, havia poucos recursos de interação entre aluno, professores/tutores e instituição que promovia tais cursos, restringindo-se apenas aos momentos de avaliações. Considerando os aspectos didáticos, conforme assinalado, os alunos recebiam material impresso a ser estudado, acompanhado por exercícios de fixação.

No início do século XX, a Universidade de Queensland, na Austrália, dava início à oferta de programas de ensino por correspondência.

Do início do século XX até a Segunda Guerra mundial, várias experiências foram adotadas, sendo possível melhor desenvolvimento das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência. Depois, as metodologias foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa (NUNES, 2009, p. 3).

Vale destacar que muitas experiências utilizando EaD foram desenvolvidas no período pós-guerra, principalmente, devido à necessidade de qualificar a população europeia em novas atividades laborais. O cenário pós-guerra exigia novas dinâmicas sociais, haja vista que os avanços científicos e tecnológicos, ocorridos durante a guerra, demandam novas profissões e ocupações. Neste sentido, Faria e Salvadori (2010) enfatizam que a educação a distância se coloca como uma alternativa que permite atender em maior escala, o contingente de pessoas que querem se qualificar para o mercado.

Observa-se, ao longo da evolução da EaD, que os recursos e ferramentas, adotados para viabilização dessa nova modalidade de ensino, passaram por diversas transformações quanto ao grau de presencialidade, nível de interatividade, tipos de recursos instrucionais empregados, área de atuação e escala de abrangência.

Desse modo, as diversas experiências precursoras, como a da *Open University*, do Reino Unido, *Korea National Open University*, da Coreia, da *Universidad Nacional*



*de Educación a Distancia*, da Espanha, e da Universidade Aberta de Portugal, dentre tantas outras, serviram de referência para as iniciativas em EaD, que passaram a ser concebidas e ofertadas por instituições públicas e privadas em todo o mundo (FARIA; SALVADORI, 2010).

O ensino superior a distância é uma prática ainda recente, quando se considera o surgimento das universidades presenciais. Acredita-se que os países passaram a interessar-se pela EaD, somente, quando aconteceram o barateamento e a regularização dos serviços postais. Observa-se que esse fato se dá por volta da metade do século XIX, quando foi lançado, na Inglaterra, o primeiro selo da história do correio, estabelecendo-se, na época, uma tarifa única para todo o território britânico (HACK, 2011).

A partir das iniciativas precursoras de ensino EaD, iniciadas no século XVIII, que permitiram o envio de material didático por correspondências, experiências com cursos de extensão a distância começaram a surgir nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá. Em relação aos cursos de graduação por correspondência, o ponto de partida deu-se no final da década de 1920, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e na África do Sul (RUMBLE, 2000). Atualmente, a expansão e difusão do ensino superior a distância é uma realidade concreta em todos os continentes, existindo grandes polos localizados, em praticamente, todos os países.

### **Educação a Distância no Brasil**

O surgimento da EaD no Brasil é carregado de percalços e interrupções, uma vez que, desde as primeiras décadas do século XX, algumas experiências são desenvolvidas com a utilização de material impresso e através do rádio, tecnologias disponíveis da época. Os registros levantados mostram que a Rádio Sociedade, do Rio de Janeiro, criada em 1923, mais tarde incorporada pelo Ministério da Educação, foi uma das primeiras experiências de EaD que se tem informação. Outras instituições precursoras da modalidade de EaD, no país, foram: o Instituto Monitor, criado em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, fundado em 1941. Essas instituições são exemplos de iniciativas que, ainda hoje, ofertam cursos por correspondência, atendendo estudantes em todo o território nacional (VIDAL; MAIA, 2010).

Considerando a importância da EaD, como estratégia de grande alcance, essa prática de ensino começou a ganhar destaque como uma ação de política pública de



educação. Diante dessa realidade, o Ministério da Educação, visando fortalecer as práticas de ensino por meio da EaD, inicia, em 1972, a inclusão de algumas experiências de ensino a distância que vinham sendo implementadas, no país, nos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). Acerca dessas experiências, merece destaque alguns projetos financiados pelo I PBDCT (1972 - 1974), entre eles, os projetos Saci, João de Barro e Lobato, que tinham como objetivo o ensino de jovens e adultos, utilizando a televisão, para alcançar o público de 1º grau (atual Ensino Fundamental), nas séries iniciais, numa tentativa de criar uma rede de ensino a distância (VIDAL; MAIA, 2010).

Em relação ao II PBDCT (1975 - 1979), os projetos de Desenvolvimento da Teleducação e Novas técnicas educacionais para o Ensino Superior mantêm a ideia de criação de uma rede de ensino a distância. Essas experiências foram pontuais e utilizavam basicamente o meio televisivo. No entanto, mostraram as grandes vantagens que a educação a distância poderia trazer para um país de dimensões continentais, como o Brasil.

Nessa perspectiva, a partir dos anos 1990, a educação à distância começou a ser idealizada em um contexto mais amplo nos Projetos Pedagógicos Nacionais, conquistando mais espaço no cenário educacional, tendo seus primeiros grandes projetos relacionados com a televisão. Em razão disso, em 1996, pela primeira vez, o ensino EaD é incluído na legislação educacional, por meio da regulamentação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual reconheceu a educação a distância como uma modalidade de educação, prevista no artigo 80 da referida lei.

Ressalta-se que a regulamentação da EaD, no Brasil, ocorreu por meio do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamentou o art. 80 da LDB. O Decreto nº 2.494 destaca em seu primeiro artigo que “a Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação” (BRASIL, 1998, p. 1).

Um marco importante no avanço da EaD, no Brasil, ocorreu antes mesmo da publicação da LDB, em 1996, quando a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),



em 1994, realizou o primeiro processo seletivo para um curso de graduação a distância, direcionado para a formação de professores das séries iniciais da educação básica. A UFMT, por meio do Instituto de Educação, ofertou o curso de graduação, em turmas especiais, em Pedagogia. No referido curso para a professores, a UFMT utilizava material impresso com mediação de tutoria presencial nas cidades polos das turmas. Destaca-se que esta experiência passou a servir de referência para outras universidades que, aos poucos, foram iniciando suas atividades na área de EaD (MATOS, 2016).

Pontua-se que, em 1996, a partir dessa iniciativa da UFMT, surgem os primeiros cursos de mestrado, oferecidos com uso de videoconferências, na Universidade Federal de Santa Catarina. Estes visavam atender demandas específicas de empresas, através do uso da tecnologia digital e interatividade em áudio e vídeo. A princípio, estas experiências ocorreram nas universidades públicas e, a partir delas, começou a se formar no Brasil, profissionais cuja atuação e área de pesquisa passou a ser a EaD (VIDAL; MAIA, 2010).

Observa-se que o período pós-LDB foi marcado por experiências diversas com a introdução, não só dos recursos pedagógicos já disponíveis (material impresso, videoaulas, tutoria e professor conteudista), mas também pela inclusão de tecnologias digitais capazes de criar ambientes virtuais de aprendizagem, com interação síncrona e assíncrona; o desenvolvimento de metodologias próprias para formatar e imprimir material impresso; a criação de estrutura técnica e de recursos humanos para apoio a atividades de multimídia e a concepção de uma logística para oferta de curso EaD em escala nacional.

Considerando a expansão do ensino superior a distância no Brasil, Vidal e Maia afirmam que:

Em 1998 tem início a oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu* via internet, ampliando o acesso desta modalidade de ensino no País. Tendo em vista a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, as IES procuram a regulamentação oficial para ofertar cursos em EaD, fazendo com que o Ministério da Educação elabore um conjunto de documentos que normatize e estabeleçam parâmetros de qualidade para implantação destes tipos de cursos (VIDAL; MAIA, 2010, p. 16).

É notório que, a partir de 1994, a trajetória histórica da EaD no Brasil registra avanços expressivos e de forma intensa, chegando a compensar o ritmo lento que se deu



na segunda metade do século XX, em relação a outros países que adotaram o sistema de ensino baseado em EaD. Nessa perspectiva, considera-se um ponto positivo a regulamentação da base legal que passou a orientar essa modalidade de ensino, uma vez que esta criou mecanismos para a certificação de instituições que trabalham com educação a distância, analisou propostas e emitiu autorização de cursos, estimulando, desse modo, o desenvolvimento de pesquisas que vieram a produzir modelos pedagógicos e tecnológicos que levaram a consolidação da EaD no país (VIDAL; MAIA, 2010).

Conforme relata Vianney (2010), pode-se afirmar que a EaD no Brasil, de 1994 até os dias de hoje, se desenvolveu a partir de cinco modelos estratégicos de difusão do processo de ensino, que são: 1. *Tele-educação*: com transmissão ao vivo e via satélite em canal aberto para todo o País. O exemplo mais conhecido e de alcance nacional foi o Telecurso da Fundação Roberto Marinho; 2. *Videoeducação*: com reprodução pré-gravada em forma de teleaulas; 3. *Ensino semipresencial*: com uma proposta de interiorização universitária que associa a educação a distância com a presencial em polos regionais, que funcionam como unidades presenciais de apoio para acesso dos alunos a laboratórios, bibliotecas e salas de aula para realização de tutoria presencial em parceria com secretarias municipais de educação das cidades em que ficam os polos; 4. *Universidade virtual*: com a modalidade de EaD, caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias digitais para a distribuição de conteúdos e atividades para os alunos, promovendo a interação destes com professores, colegas e suporte técnico e administrativo. Neste modelo, os momentos presenciais são reservados para a realização de provas, com as demais atividades sendo realizadas a distância; 5. Tem-se se ainda o modelo, digamos *misto*, em que os alunos dos cursos a distância permanecem períodos regulares na instituição (de forma presencial), onde realizam não apenas provas, mas também atividades em laboratório.

Considerando-se as diversas ferramentas utilizada em EaD, observa-se que ao longo deste período, é possível destacar os seguintes recursos tecnológicos didáticos utilizadas pelas instituições brasileiras (VIANNEY, 2010):

a) *TV por satélite*: produção e transmissão de teleaulas ao vivo, com recepção simultânea e cobertura para todo o território nacional;



b) *Videoaulas*: produção de aulas pré-formatadas, para reprodução em rede nacional ou para reprodução em telessalas;

c) *Impressos*: desenvolvimento de abordagem conceitual e implementação do mesmo para desenvolvimento e publicação de conteúdos e atividades de aprendizagem para livros didáticos específicos para uso em EaD;

d) *Videoconferência*: tecnologia para uso educacional utilizando sistemas multidirecionais com interação por áudio e vídeo, integrando múltiplos espaços conectados ao vivo, para realização de aulas, conferências e seções interativas de defesas de teses, dissertações e monografias;

e) *Telefonia*: uso de sistemas convencionais de telefonia para atendimentos diversos a alunos, tais como secretaria, monitoria, tutoria, suporte administrativo e pedagógico;

d) *Internet*: desenvolvimento de sistemas autônomos para uso como ambientes virtuais de aprendizagem, de abordagens metodológicas para o processo ensino-aprendizagem *on line* ou *off line*, com aplicação de ferramentas criadas ou adquiridas;

e) *Telefonia móvel*: uso educacional, com a aplicação na educação a distância dos recursos de telefonia celular e outros dispositivos móveis, desde 2008.

### **A expansão da Universidade Aberta do Brasil nas cidades do interior**

Conforme registrado, a prática da EaD, no Brasil, iniciou um processo de crescimento acelerado, com a publicação da LDB de 1996. Ainda que não seja possível ignorar as experiências desenvolvidas e implementadas pelas universidades públicas, não se pode desconsiderar que o setor privado tomou a dianteira na oferta desta modalidade de ensino, de maneira intensa, na década de 90. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada, em 2006, pela Lei nº 11.273, buscando estimular as instituições públicas a participarem de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica que podiam ser oferecidos na modalidade a distância (VIDAL; MAIA 2010).

No ano seguinte, foi sancionada a Lei nº 11.502, visando nortear o ensino público, estimulando o uso conjugado do ensino presencial e a distância em cursos para a formação inicial de profissionais do magistério e, neste caso, a educação a distância é assinalada como modalidade preferencial para a formação continuada dos docentes.



Registra-se que, atualmente, a Educação a Distância, no Brasil, é regulamentada pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, o qual atualizou o art. 80 da Lei nº 9.394. Com a regulamentação do referido decreto, as instituições de ensino superior poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância, sem a necessidade da oferta simultânea de cursos presenciais. O decreto define, também, que a oferta de curso de pós-graduação *lato sensu* EaD fica autorizada para as instituições que obtiverem o credenciamento EaD, sem necessidade de credenciamento específico, tal como a modalidade presencial. Ressalta-se que a nova regulamentação prevê, ainda, a oferta de cursos a distância para o ensino médio, como também para a modalidade de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2017b).

De acordo com o Ministério da Educação, o objetivo central da atualização da legislação sobre EaD, no país, é ampliar a oferta de ensino superior, com vistas a atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 e 24 anos (BRASIL, 2017a).

Cabe aqui destacar que a UAB surgiu como uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo era a inclusão social e educacional por meio da oferta de educação superior à distância. Nesse sentido, Vidal e Maia afirmam que o MEC, em face da necessidade de ampliação de vagas, nas universidades federais, enfrentava sérios percalços na criação de vagas, por isso:

O MEC viu na UAB a possibilidade de democratizar, expandir e interiorizar o ensino superior público e gratuito no País, com apoio da educação a distância e a incorporação de novas metodologias de ensino, especialmente o uso de tecnologias digitais. (VIDAL; MAIA, 2010, p. 17).

Nessa perspectiva, a proposta do Governo Federal e do Ministério da Educação, com a implantação da UAB, foi ofertar cursos de graduação, sequencial, pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* voltados especialmente para a formação de professores e servidores da administração pública. Nesse sentido, a UAB se norteia por cinco eixos fundamentais (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2010):



- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso às camadas da população com dificuldade de acesso à universidade;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior à distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC;
- Contribuições para a investigação em educação superior à distância no país;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior à distância.

O sistema UAB é um recurso que integra as universidades públicas aos polos de apoio presencial localizados em diversos município do país. Estes polos são estruturados e organizados em prédios pertencentes ao poder público, sendo atribuição das secretarias municipais de educação equipá-los com: computadores com acesso à *internet*, equipamento de videoconferência, projetores multimídia para encontros presenciais e biblioteca. Ressalta-se que cada polo possui coordenação, serviço de secretaria, serviço técnico de informática, atendimento na biblioteca e tutores presenciais de cada curso (HACK, 2011).

No que concerne à UAB, os professores dos cursos presenciais das instituições de ensino superior foram estimulados a se envolverem em projetos de EaD. Para garantir o planejamento e a efetivação dos cursos a distância no sistema UAB, as equipes de docente receberam o suporte de especialistas da área do *design* instrucional, do audiovisual, além do apoio pedagógico. Acerca da abordagem pedagógica adotada na UAB, Hack (2011) descreve que, para ministrar uma disciplina, cada professor, acompanhado de seus tutores, tem a possibilidade de fazer videoconferências e também de gravar videoaulas ou arquivos de áudio sobre determinados conteúdos, para disponibilizá-los aos alunos via DVD ou pela *web*. Assim, os cursos possuem o suporte de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA), com ferramentas que ajudam na comunicação entre as alunos e professores/tutores.



Salienta-se que para a realização de videoconferências, os professores e seus tutores são orientados a planejá-las com antecedência, elaborando um roteiro para potencializar o tempo estimado disponível em cada momento. Desse modo, no planejamento fica estabelecido que a primeira videoconferência seja realizada para apresentar a metodologia da disciplina e os objetivos a serem atingidos ao longo das aulas, traçando um panorama dos temas/assuntos que serão abordados e destacando as atividades avaliativas propostas que o aluno deverá desenvolver. Nas videoconferências seguintes são explanadas de maneira aprofundada os conteúdos da disciplina, além de sanar as dúvidas sobre os assuntos abordados.

Registra-se que a UAB não constitui uma nova instituição para o MEC. Na verdade, ela apresenta uma configuração estruturada em rede, integrando as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), que no caso, são representadas pelas universidades estaduais (VIDAL; MAIA, 2010).

Na concepção de Maia e Mattar (2007), a EaD vem se estabelecendo como um mercado promissor e crescente no Brasil e no mundo. Os autores pontuam ainda que, nas duas últimas décadas, a modalidade de ensino por EaD foi uma área que teve um importante destaque, haja vista o crescimento do número de: a) instituições que oferecem algum tipo de curso a distância; b) cursos e disciplinas ofertados; c) alunos matriculados; d) professores que desenvolvem conteúdos e passam a ministrar aulas a distância; e) empresas fornecedoras de serviços e insumos para o mercado; e) artigos e publicações sobre EaD.

Os dados mais atuais sobre o Censo EAD de 2017, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), corroboram a concepção de Maia e Mattar (2007) sobre o crescimento da EaD. Conforme dados obtidos do Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil, em 2017, foram contabilizados 14 instituições de EaD, com menos de um ano de existência, tal fato não ocorria há um bom tempo nos levantamentos realizados anteriormente. No tocante aos polos, observou-se um relevante crescimento, tendo em vista que, dos 11.008 polos contabilizados, 3.137 foram criados em 2017, sendo que 30% deles foram criados em cidades em que as respectivas instituições ainda não tinha atuação. Destaca-se, também, que a proporção de polos no interior, em comparação com as capitais, aumentou de 65 para 78%. No que



se refere ao número de alunos matriculados em alguma modalidade de curso EAD (cursos regulamentados totalmente a distância ou semipresenciais e cursos livres corporativos ou não corporativos), verificou-se um aumento significativo, haja vista que, em 2012, se contabilizava 5.772.466 de alunos, em 2017, contabilizou-se 7.773.828, um número recorde de alunos matriculados (ABED, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, é cada vez mais crescente a oferta de cursos formais e informais por meio da modalidade de EaD em todo o mundo. Nessa perspectiva, as experiências brasileiras nessa modalidade de educação, sejam estas governamentais e/ou privadas, foram muitas e favoreceram, nas últimas décadas, a mobilização de grandes contingentes de recursos. No entanto, mesmo considerando os avanços importantes, ocorridos nos últimos anos, há ainda um caminho considerável a percorrer, para que a EaD possa conquistar um espaço de destaque na área educacional, em todas as esferas, vencendo, inclusive, o preconceito de que os cursos ofertados na Educação a Distância não dispõem de controle de aprendizado e não têm regulamentação em conformidade.

Com a finalidade de consolidar a expansão da EaD, nos últimos anos, foram elaboradas leis e instituídas normas para a difusão da EaD no Brasil, por parte do Poder Público. A nova legislação assegura que as instituições de ensino superior poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância, sem a necessidade da oferta simultânea de cursos presenciais. Definiu, também, que a oferta de curso de pós-graduação *lato sensu* EaD fica autorizada para as instituições que obtiverem o credenciamento EaD, sem necessidade de credenciamento específico, tal como a modalidade presencial. A atual resolução prevê, ainda, a oferta de cursos a distância para o ensino médio, como também para a modalidade de educação profissional técnica de nível médio. Tais medidas evidenciam, dessa forma, que a EaD está rompendo barreiras, demarcando seu próprio espaço e complementando a modalidade de ensino presencial.

Nessa concepção, ao se construir o conhecimento a distância, o docente e o discente precisam aprender a utilizar mídias interativas para que o diálogo ocorra, sem fronteiras espaço-temporais. Esse contexto, contudo, precisa estar fundamentado em pressupostos, como a criticidade, a criatividade, a autonomia, a cooperação e a afetividade. Consideramos que, somente através de uma boa e criativa base humana,



poder-se-á estabelecer a dinâmica da comunicação dialógica na modalidade EaD, permitindo que o indivíduo sinta-se envolvido no processo educativo, criando, dessa maneira, laços afetivos que auxiliarão no processo de construção cooperativa do conhecimento em parceria com o professor/tutor e os colegas, ainda que isso ocorra distante fisicamente.

Faz-se necessário ressaltar que a EaD tem sido vista como um fenômeno, compreendido como parte de um processo de inovação educacional mais amplo, que integra as novas tecnologias de informação e comunicação como proposta de democratização do conhecimento e aprimoramento na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem. Contudo é preciso levar em conta a importância de desenvolver um olhar crítico e reflexivo para as políticas públicas formuladas no Brasil, bem como considerar as realidades que emergem no âmbito educacional. Por isso, a nosso ver, a EaD deve ser vista como uma possibilidade de maior acesso à educação. Mas que seja um acesso que favoreça a preocupação com a qualidade do ensino, uma vez que o acesso, por si só, não tem o sentido pleno de democratização da educação, se não for efetiva.

De modo geral, acredita-se que a EaD pode ser considerada como uma das modalidades mais democráticas de educação, uma vez que esta abordagem utiliza de tecnologias de informação e comunicação que transpõem obstáculos em busca da construção e difusão do conhecimento. Dessa forma, considera-se que haja incentivo na expansão dessa modalidade de educação, visando ampliar sua potencialidade na democratização do ensino e na aquisição dos mais variados conhecimentos. Portanto, considera-se que o fortalecimento da EaD se constitui uma estratégia oportuna, tendo em vista sua capacidade de atender um grande número de pessoas simultaneamente, beneficiando indivíduos que estão distantes dos locais onde são ministrados os ensinamentos e/ou que não podem estudar em horários pré-estabelecidos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. IN: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (orgs.). **Educação a distância - O estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

AMARAL, V. L. **Psicologia da educação**. Natal: EDUFRRN, 2007.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017**. Curitiba:

InterSaberes, 2018. Disponível em: <

[http://abed.org.br/arquivos/CENSO\\_EAD\\_BR\\_2018\\_digital\\_completo.pdf](http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_completo.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BERNARDO, V. **Educação à distância: fundamentos**. São Paulo: UNIFESP, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em:

<<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/ftp/leis/D2494.doc>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 2017b. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=65251-decreto9057-pdf&category\\_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65251-decreto9057-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atualizada legislação que regulamenta Educação a Distância no país**. Brasília: Ministério da Educação, 2017a. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CAPELLARO, J. L. R.; CAPELLARO, J. **Educação a distância e telecomunicações: progressos, desafios e tendências**. Timbó: ABED, 2012. Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/132c.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**Institucional (histórico da Fundação CECIERJ) e graduação (metodologia e cursos)**. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2010. Disponível em:

<[http://www.cederj.edu.br/fundacao-cecierj/exibe\\_artigo.php](http://www.cederj.edu.br/fundacao-cecierj/exibe_artigo.php)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

DALMAU, M. B. L. **Introdução à educação a distância**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

DOURADO, L. F.; SANTOS, C. A. A educação a distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, L. F. (Org.). **Plano Nacional de educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

FARIA, A. A.; SALVADORI, A. A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2010.



- FRANCISCO, W. C. **Código Morse**. 2015. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/codigo-morse.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- HACK, J. R. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
- LANDIM, C. M. F. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997.
- MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MATOS, H. A. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: um estudo nas instituições públicas de educação superior no estado de Mato Grosso**. 2016. 183f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2016.
- NISKIER, A. **Educação à distância a tecnologia da esperança: políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. In: **Educação a distância o estado da arte**. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.
- RUMBLE, G. A tecnologia da educação a distância em cenários do terceiro mundo. In: PRETI, O. (Org.). **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000.
- UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Educação a Distância**. 2010. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- VIANNEY, J. TORRES, P. L e ROESLER, L. Educación superior a distancia en Brasil. In Torres, P. L e RAMA, C. (Coor). **La Educación Superior a Distancia em America Latina y el Caribe - Realidades y tendencias**. Santa Catarina: UNISUL, 2010.
- VIDAL, E. M.; MAIA, J. E. B. **Introdução à Educação a Distância**. Editora: RDS, 2010.
- VILAÇA, M. L. C. Educação a distância e tecnologias: conceitos, termos e um pouco de história. **Revista Magistro.**, v. 1, n.2, p. 89-101, 2010.



### **Francisco Ariclene Oliveira**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal do Ceará (2018 - Atual). Pós-Graduando do Curso de Especialização Enfermagem em Terapia Intensiva pelo Centro Universitário Unifametro (UNIFAMETRO). Enfermeiro graduado pelo Centro Universitário Unifametro (2017.1). Atuou como monitor de iniciação à docência no Programa de Monitoria e Iniciação Científica - PROMIC (UNIFAMETRO), nas disciplinas de Bioquímica (2013/2014), Epidemiologia (2015) e Citologia, Histologia e Embriologia

### **Ana Maria Sampaio dos Santos**

Graduada em licenciatura Letras pela Universidade Federal do Ceará (2013). Licenciada em Pedagogia em Regime Especial pela Universidade Estadual do Ceará-UVA. Com experiência na área de Letras. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Regional do Cariri. Professora efetiva do Ensino Fundamental II nas áreas de Linguagens e Códigos. Especialista em Educação a Distância - EAD pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2016). Tem experiência em tutoria de ensino de cursos em EaD.

**Trabalho recebido em 09/04/2019**

**Aceito para publicação em 24/07/2019**

### **Para citar este trabalho:**

**OLIVEIRA, Francisco Ariclene ; SANTOS, Ana Maria Sampaio. DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UM CONVITE À REFLEXÃO. Revista Paidéi@. Unimes Virtual. Volume 11 – Número 20 – JULHO – 2019 – Disponível em :**

<http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/index>